

MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *TORNADO*, DE TERESA NORONHA

Ana Aires e Castro

Ana Mafalda Leite

Resumo: Este ensaio apresenta um breve estudo acerca de *Tornado* (2021), de Teresa Noronha, assente na exploração das identidades individual, coletiva e pós-colonial que podem ser encontradas na obra. Partindo da área dos Estudos de Memória, contemplando conceitos como “trauma”, “memória coletiva”, “contramemória feminina” e “guerras de memória” – que constituirão a base teórica deste trabalho – o objetivo é recontextualizar estas ferramentas conceptuais na esfera além-Holocausto, demonstrando a sua pertinência para o estudo que aqui se propõe. Pretende-se, portanto, oferecer uma leitura crítica, feminista e feminina, que se concentrará na personagem principal do romance de Noronha.

Palavras-Chave: Memória. Identidade. Género. Sexualidade. Trauma.

Abstract: This essay proposes a brief study of *Tornado* (2021), by Teresa Noronha, focusing on the exploration of individual, collective, and post-colonial identities. The methodological framework will rely on a Memory Studies approach, contemplating concepts such as “trauma”, “collective memory”, “feminine countermemory”, and “memory wars”. We aim to recontextualize these conceptual tools beyond Holocaust studies, demonstrating their pertinence for the research put forth here. As such, we present a critical, feminist, and feminine reading of Noronha’s novel focused on its main character.

Keywords: Memory. Identity. Gender. Sexuality. Trauma.

Introdução

O presente artigo incide sobre a obra *Tornado*, de Teresa Noronha. Publicada em 2021 pela Editora Exclamação, a obra já foi vencedora de dois importantes prémios literários, o Prémio

Literário Maria Velho da Costa (2021) e o Prémio PEN Club Português na categoria narrativa (2022). A sua autora nasceu em Moçambique em 1965 e já passou por várias profissões, entre elas, escritora, professora, tradutora e editora.

A partir de *Tornado*, abordaremos os *topoi* relacionados com o conceito de “Identidade”, tanto individual, como coletiva e pós-colonial. Para tal, apoiar-nos-emos em conceitos da área dos Estudos de Memória, tais como “trauma”, “memória coletiva”, “pós-memória” e “guerras de memória”, que constituirão a base teórica deste trabalho. A escolha deste romance prende-se com uma vontade de realçar o trabalho de escritoras emergentes no panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, bem como a vontade de utilizar uma perspetiva de género como pano de fundo das reflexões aqui desenvolvidas.

Consideramos, portanto, que ao partir da experiência da narradora, conseguiremos apresentar uma perspetiva feminina e feminista das memórias do tempo colonial e pós-colonial de Moçambique. Tendo como premissa um acontecimento traumático na vida da narradora – o suicídio do irmão Pedro quando tinha 20 anos – a mesma narrará as suas memórias como se se tratasse de uma carta para o falecido irmão. O contexto temporal e espacial dos

acontecimentos narrados – Moçambique antes e depois da independência – torna-se também relevante para justificar a nossa escolha dentro da área dos Estudos Pós-Coloniais e Estudos sobre o Oceano Índico. Por outro lado, o texto está escrito como uma carta que narra as experiências íntimas da narradora, ou seja, acaba por constituir um objeto de memória, o que também justifica o estudo da obra no quadro dos Estudos de Memória.

A construção do novo país independente (Moçambique) ocorrerá em simultâneo, como veremos, ao processo de autodescoberta da identidade individual da narradora. Analisaremos, assim, a complexidade da teia de acontecimentos que formam as memórias da narradora e que se afirmam, argumentamos, como elementos essenciais para a construção da sua identidade. Trabalhamos, deste modo, sob a premissa de que “a nossa identidade é nem mais nem menos do que a totalidade das nossas memórias” (NUNNING, 2016, p. 240).

Para o objetivo a que nos propomos optámos por escolher três tópicos que nos parecem relevantes para estudar questões de memória e identidade: memória e trauma; a descoberta da sexualidade e a relação entre ideologia e identidade. Acreditamos que através da leitura e análise

destes aspetos, provaremos que “a literatura não é nunca um simples reflexo de discursos culturais preexistentes” e que “contribui antes, e proactivamente, para a negociação da memória cultural” (NEUMANN, 2016, p. 269). Interessa-nos que esta “negociação” assuma uma perspectiva de género de forma a sublinhar a importância de contribuições marginais ou não-hegemónicas para o discurso desta “memória cultural”. Como sabemos, a história da descolonização das ex-colónias tem sido, durante muito tempo, construída a partir de uma perspectiva masculina e hegemónica, não permitindo, muitas vezes, que se façam ouvir outras narrativas que são igualmente importantes para a construção e/ou releitura desta história.

Pensamos que as seguintes palavras de Doris Wisser e Jessica Falconi são importantes para justificar esta escolha:

Por consequência, as ‘narrativas’ da nação tendem a celebrar apenas as gestas dos *agentes*, isto é, de figuras masculinas heteronormativas: os chamados heróis nacionais, como os pais fundadores da nação, consagrados pela memória oficial. Em contrapartida, aos heróis nacionais justapõe-se ‘a mulher’ – singular, indiferenciada – enquanto sujeito unitário, do qual não se narram, nem se representam, as múltiplas possíveis decli-Nações – privadas, públicas, sempre políticas. (WISSER; FALCONI, 2022, p. 13)

Memória e trauma

Iremos começar por refletir sobre a questão do “trauma” e como este tema se manifesta na obra de Teresa Noronha. Interessa-nos, principalmente, compreender as memórias traumáticas da narradora em relação ao suicídio do irmão e como estas se manifestam em diferentes fases da sua vida. Ao compreendermos como este acontecimento-chave afetou a vida da narradora e da sua família, será possível estabelecer uma relação entre o luto do irmão Pedro e o luto do fim do Império Português, uma vez que ambos os acontecimentos abalam significativamente a vida e o dia-a-dia desta família.

Para melhor conseguirmos refletir sobre o tema proposto, parece-nos importante fornecer uma pequena base teórica sobre alguns conceitos dos Estudos de Memória, nomeadamente “trauma” e “perturbação de stress pós-traumático” (PSPT). Em seguida, iremos perceber de que forma estes conceitos se manifestam na literatura, nomeadamente na Literatura Pós-Colonial, através do exemplo de *Tornado*.

A área dos Estudos de Memória tem demonstrado um crescente interesse pelo estudo do “trauma” e das experiências traumáticas, nomeadamente desde o século XX e das duas Grandes Guerras. Cathy Caruth, no ensaio

“Introdução ao trauma”, salienta que “o trauma não é experienciado como mera repressão ou defesa, mas como retardamento que transporta o indivíduo para além do choque do primeiro momento” (CARUTH, 2016, p. 181). Deste modo, “o trauma é um sofrimento repetido do acontecimento, mas é também uma saída constante do seu lugar” (CARUTH, 2016, p. 181). Uma das características que tornam este conceito particularmente complexo prende-se com a sua “literalidade”: “os sonhos, as alucinações e os pensamentos são absolutamente literais e não susceptíveis de serem analisados por cadeias de sentido associativas. É esta literalidade que, como dissemos, domina o receptor e resiste à interpretação psicanalítica e à cura” (CARUTH, 2016, p. 176).

Já em relação ao conceito de “perturbação de stress pós-traumático”, e apesar de alguma contestação à volta da sua possível definição, Caruth oferece o seguinte entendimento:

[U]ma resposta, por vezes retardada, a um acontecimento ou acontecimentos avassaladores, que toma a forma de alucinações repetidas e intrusivas, sonhos ou comportamentos procedentes ao evento, acompanhados de entorpecimento, que pode ter começado durante ou após a experiência, e possivelmente também de intenso despertar (e inibição) de estímulos que recordam o acontecimento. (CARUTH, 2016, p. 174)

A autora realça, ainda, a crescente abrangência desta patologia desde a sua emergência, apontando para “uma categoria de diagnóstico” onde “respostas não apenas a situações de conflito e a catástrofes naturais, mas também à violação, ao abuso de crianças e a outras situações de violência foram identificadas como Perturbação de Stress Pós-Traumático” (CARUTH, 2016, p. 173).

Pelos conceitos acima explicitados, conseguimos começar a estabelecer uma ligação com as Literaturas Africanas e com as Literaturas Pós-Coloniais, em particular. A experiência da descolonização e das lutas pela independência marcaram significativamente não só a geração que participou e viveu os combates nos territórios onde existiu luta armada, mas também as gerações seguintes. Queremos argumentar que este fenómeno continua a manifestar-se nas novas gerações devido ao passado recente destes acontecimentos. Pensamos também que as experiências traumáticas possam ser abrangentes a todos os territórios que constituam ex-colónias, dado o ambiente de grande tensão e instabilidade social que se instalou nestes territórios antes e após as independências. De modo a reforçar o nosso argumento, citamos Luísa Afonso Soares na introdução ao seu livro *O Dever da Memória: Estudos de Literatura e Cultura*, onde a mesma argumenta que:

[A] transmissão intergeracional da memória, a passagem de testemunho à geração que não viveu esses eventos, é uma necessidade sentida por muitos dos sobreviventes do colonialismo, do genocídio dos judeus ou de processos de desterritorialização, que fraturaram definitivamente identidades individuais e coletivas. (SOARES, 2016, p. 7)

Conseguimos assim constatar que se a memória é transmitida entre gerações, também o poderá ser o “trauma”, sob a forma de “memórias traumáticas” ou “pós-memórias”:

[A] pós-memória não é um movimento, método ou ideia; vejo-a antes como uma *estrutura* inter e transgeracional de transmissão de saber e experiência traumáticos. É uma *consequência* da evocação traumática, mas ao contrário da síndrome de stress pós-traumático, a uma distância geracional. (HIRSCH, 2016, p. 302, grifo do autor)

Não temos possibilidade de aprofundar todos estes conceitos neste artigo, no entanto pareceu-nos fundamental explicar fenómenos como o “trauma”, “perturbação de stress pós-traumático” e “pós-memória” para uma melhor compreensão da obra aqui tratada. Em *Tornado*, como já referimos, estas dinâmicas ocorrem sob a perspetiva da narradora. Esta dimensão é significativa para nos mostrar, por um lado, a experiência do “trauma” do colonialismo por uma segunda geração (ou seja, uma geração que era

ainda criança na altura da independência e que, por isso, já não participou ativamente no conflito); por outro lado, a centralidade de uma experiência feminina como contributo para repensar uma memória hegemónica associada às figuras masculinas (nomeadamente os chamados heróis da guerra, por exemplo).

Relativamente ao primeiro ponto, temos uma narradora que ainda é criança aquando da independência de Moçambique (tem cerca de dez anos) e que é, simultaneamente, demasiado nova para ter uma participação política ativa, mas também crescida o suficiente para se aperceber das grandes tensões que ocorrem a nível familiar e social. Como exemplo disto, temos a sua relação com o pai, de origem goesa, que sempre foi defensor do ex-Império Português e que a partir da sua queda fica visivelmente apático e depressivo, raramente saindo de casa. A narradora tem, deste modo, uma figura que personifica o lado português do conflito e a ideologia salazarista próxima de si, o que a permitirá ter a possibilidade de refletir sobre o passado e presente da nova nação e do ex-Império. Assim, podemos verificar que “a interpelação da segunda geração mobiliza distintos actos de (pós-) memória, quer se trate da [...] presente ‘culpa alemã’, quer se trate de uma

(auto-)reflexão em Português sobre o envolvimento dos progenitores na Guerra Colonial” (SOARES, 2016, p. 8).

No que diz respeito ao segundo ponto, o facto de a narradora ser uma mulher insere nesta narrativa pós-colonial a especificidade de uma “contramemória feminina” (SOARES, 2016, p. 74). Tal como argumenta Soares, apesar de “na Historiografia e na Memória Cultural o género masculino [ser] ainda o sujeito da história e da sua mediação”, perspectivas femininas têm vindo a surgir com maior frequência, “constituindo-se como elo indispensável na construção de sentido ou na resignificação dos acontecimentos” (SOARES, 2016, p. 8). Poderá ser assim possível, através da memória destas mulheres, construir uma narrativa que acrescente dados fundamentais sobre o ocorrido que escaparam à teia de acontecimentos narrados pelos portadores da “memória hegemónica”. A “contramemória feminina” tem, assim, implicações muito práticas na “memória cultural”: por um lado, permite uma avaliação ao mesmo tempo mais objetiva e distanciada sobre certos acontecimentos – problematizar as atrocidades cometidas em cenário de guerra, por exemplo –, por outro, trazer para a discussão vivências e experiências igualmente traumáticas e que foram vividas pelas próprias mulheres – narrativas estas importantes para reconstruir uma

“memória cultural” mais completa e representativa. Em ambos os casos, no entanto, a “contramemória feminina” parece contribuir para a procura de uma apuração mais rigorosa dos acontecimentos e, ao fazer este trabalho, trazer um elemento de verdade, importante para problematizar a perpetuação de certos modelos de pensamento – o pensamento colonial, machista, etc. Estes modelos só conseguirão ser operativos enquanto ocultarem esta dimensão da “contramemória feminina”, pelo que se torna fundamental criar espaços em que a mesma possa ser discutida.

O que verificamos com esta reflexão é que cabe, invariavelmente, às mulheres carregar memórias traumáticas que, por não encontrarem um espaço em que possam ser amplamente discutidas, ficam presas dentro de si ou do seu círculo íntimo de relações. Isto está associado a um sentimento de culpa que muitas vezes não existe – com a mesma dimensão, pelo menos – em memórias traumáticas masculinas. A mulher carrega, ao mesmo tempo, o seu trauma e sofrimento por ele causado, e a culpa por não o poder comunicar nem expurgar. É precisamente o que acontece com a narradora em *Tornado*. Através da memória traumática do suicídio de Pedro, conseguimos perceber que este era o filho preferido da mãe, que sempre recebeu uma

atenção especial em relação aos irmãos. Isto desencadeia as memórias também potencialmente traumáticas da relação entre a narradora e a mãe, e da culpa que a primeira sente: “Carreguei durante anos a culpa de não ter sido capaz de me fazer amar, de quem me pariu não ter amor suficiente, de não merecer tal amor” (NORONHA, 2021, p. 26). A narradora carrega, assim, dois fardos bastante pesados: o trauma da morte do irmão e a culpa de uma injustiça que nada tem a ver com ela – a preferência que a mãe tinha pelo irmão e a distância emocional que tem em relação à filha. A estes junta-se um terceiro, ainda mais complexo, e que tem a ver com os desentendimentos que tinha com o irmão e que não são, agora, possíveis de reverter – “O silêncio não era mais uma escolha. Era uma condenação, mais uma culpa a somar a tantas outras, da maioria das quais não tinha a menor consciência” (NORONHA, 2021, p. 46).

Sexualidade

Depois de analisarmos alguns aspetos do “trauma” e da “perturbação de stress pós-traumático”, assim como da “memória intergeracional” e da “contramemória feminina”, passaremos agora a abordar o tema da sexualidade em *Tornado*, através, mais uma vez, da lente da narradora. Incidiremos sobretudo pelas suas memórias da descoberta

da sexualidade na adolescência. Interessa-nos salientar, através deste exemplo, a multiplicidade das experiências da sexualidade feminina e de como estas contribuem para a reflexão sobre a sociedade e acontecimentos políticos em Moçambique no período da independência. Por outras palavras, queremos perceber “o que poderá ter de produtivo ao usar outras narrativas e outras memórias de acontecimentos considerados fundacionais para a estória de uma nação; que *outra comunidade imaginada* se poderá (re)conhecer para ver o que é incluído, excluído e o que permanece em disputa” (CUNHA, 2022, p. 272, grifo do autor).

Acreditamos ser possível uma releitura, como aponta a citação anterior, do conceito de “comunidade imaginada”, como definido por Benedict Anderson, no contexto das memórias das mulheres deste período da História de Moçambique, particularmente no que diz respeito às memórias da violência sexual e da repressão da sexualidade feminina em contextos de guerra e instabilidade social. Acreditamos que não só existiu uma violência sexual reiterada no período das “guerras de libertação e desestabilização”¹; perdeu também esta violência e sobretudo uma

1 “[E]m Moçambique a guerra contra o colonialismo português é chamada guerra de libertação, enquanto, em Portugal, é chamada guerra colonial. Para o regime do estado Moçambicano, a guerra entre 1976 e 1992 é uma guerra de agressão promovida por forças estrangeiras e, por isso, chamada de desestabilização” (CUNHA, 2022, p. 279).

repressão da sexualidade feminina após a proclamação da independência de Moçambique. Para o comprovar, observemos o argumento de Teresa Cunha a este respeito:

[O] nacionalismo recorre a múltiplas operações de homogeneização da diversidade material, simbólica, sexual e linguística existente no interior das fronteiras que ele mesmo cria. Com isso, domesticam-se ou mesmo obliteram-se as diferenças e cria-se uma ordem social assente na presunção de uma certa masculinidade – narcísica, autoritária, agressiva e dominadora – deve ser a medida de todas as coisas. (CUNHA, 2022, p. 272)

Torna-se cada vez mais importante, neste contexto, dar visibilidade às narrativas das mulheres, de modo a ouvir as suas experiências e a conferir-lhes legitimidade para integrarem uma reflexão e possível reescrita da história da descolonização. Neste processo, é preciso ter em conta uma nuance importante. Sempre que estas mulheres são ouvidas em relação às suas memórias do tempo de dominação colonial tende-se a sublinhar as experiências trágicas e/ou traumáticas que passaram, nomeadamente de violência sexual durante as guerras, não existindo muitas fontes que relatem os atos de coragem e de valentia destas mulheres (como combatentes, por exemplo). Teresa Cunha sublinha que “[a] narração do sofrimento e da vitimização das guerras,

sobretudo no que diz respeito às mulheres, tem escondido e negligenciado a sua valentia” (CUNHA, 2022, p. 285), ou seja, existe uma parte importante da experiência das mulheres que foi excluída da história “oficial” destes acontecimentos. Trata-se, precisamente, da parte que confere às mulheres capacidades iguais às dos homens, uma vez que também elas desempenharam um papel fundamental na conquista da independência (no contexto da luta armada, mas também em outros igualmente relevantes).

Em *Tornado*, podemos associar esta valentia, no caso da narradora, à construção e conciliação com a sua identidade. No seu percurso Moçambique – França – Portugal, foi sempre excluída e encarada com desconfiança devido à sua cor de pele – “Também eu aportei aqui um dia para ser doutra parte, como aliás também do outro lado do oceano, na terra que me viu nascer, igualmente fui sempre de outra parte” (NORONHA, 2021, p. 63) –, o que a obrigou a ser resiliente neste processo de autodescoberta e de procura de sentido para a sua existência. Montpellier, em particular, foi o local onde enfrentou os maiores desafios, uma vez que, quando lá chegou, não falava francês e sentiu-se, por isso, totalmente isolada e aterrorizada – “Primeiro aterrada – isto se parece bastante com o que pensamos da morte. Será isso? Ver os

outros sem que eles nos vejam, estar lá, abrir a boca e não chegar a ninguém” (NORONHA, 2021, p. 79). Ainda assim, ela consegue superar estes obstáculos e começar, a partir disso, a conhecer-se a si própria de uma maneira que antes não tinha tido a oportunidade – “Foi-me dada a possibilidade de voltar de novo a descobrir o mundo, com o presente de uma nova língua. (...) Doloroso, porque solitário, cada dia descobria em cada palavra um novo sentido para a vida” (NORONHA, 2021, p. 80).

A exclusão das narrativas das mulheres, assim como a luta para dar visibilidade às mesmas, potenciam o que se tem vindo a chamar de “guerras de memória”, condicionando aquilo que tem lugar na “memória coletiva” (HALBWACHS, 2016). Acreditamos que é necessário sublinhar, através de uma abordagem feminista, todo o conjunto de atos de coragem que as mulheres desempenharam e que extravasam a valentia bélica que se costuma sublinhar em relação à participação dos homens. Neste contexto, não podemos deixar de sublinhar o argumento de Cunha em relação a estas “guerras de memória”: “Em grande medida isto passa-se porque não só esconde uma parte importante da realidade das guerras e das mulheres, como mitiga e desperdiça, drasticamente, formas, métodos e conteúdos de que a valentia pode ser feita” (CUNHA, 2022, p. 285-286).

Dada a contextualização sobre a sexualidade feminina e as memórias das mulheres nas narrativas (pós-)coloniais, observemos agora a temática da sexualidade em *Tornado*. De forma simplista, a experiência da sexualidade da narradora pode dividir-se em dois momentos: a relação com o seu professor de Matemática quando tem dezasseis anos e as relações que vive quando está a estudar em Montpellier. Destas, iremos incidir particularmente sobre a primeira, uma vez que nos parece a mais importante para a formação da sua identidade. Acreditamos fazer sentido ler estas experiências tendo em conta o conceito “ficções de memória”:

[H]istórias que indivíduos ou culturas contam sobre o seu passado para responderem à pergunta ‘quem sou eu?’ ou, coletivamente, ‘quem somos nós?’. Estas histórias podem também ser chamadas de ‘ficções de memória’, porque, muito frequentemente, revelam ser uma (re)construção imaginativa do passado em resposta a necessidades atuais. (NEUMANN, 2016, p. 268)

A narradora usa como confidente um diário que esconde no piano do sótão da sua casa. É neste diário que relata os seus primeiros desejos: “Depois, quando o corpo começou a sentir as primeiras aragens de amor, passaram a ser cartas enviadas àqueles a quem por dentro do meu silêncio elegera para confidentes” (NORONHA, 2021, p. 42). Neste

momento, em que decorrem as primeiras etapas da sua sexualidade, observamos um sentimento de vergonha face aos seus desejos, que se manifesta no momento em que o irmão mais velho descobre o seu diário: “O coração dispara em sobressalto, sei que alguém o encontrou. Recapitulo o que ali escrevera, “querido K.”, e sinto em cada palavra um vermelho de vergonha a tingir-me o rosto, o sangue a fugir das pernas” (NORONHA, 2021, p. 43). Aqui, observamos o sentimento de vergonha com uma marca clara de género, ao percebermos a associação entre o desejo e a menstruação.

Na adolescência, quando mantém uma relação com o seu professor de Matemática, a narradora parece procurar um escape das situações que vive em casa – a relação tensa com o irmão e a mãe – e da situação social do país. Nas suas palavras, este homem representa um “continente seguro”, “um porto feito homem” (NORONHA, 2021, p. 50). A relação entre ambos é complexa devido a uma série de fatores: ele é professor, vinte anos mais velho e casado. Apesar disto, a narradora entrega-se completamente, não querendo enfrentar as inevitáveis consequências que a relação poderá trazer: “Amei-o sôfrega e exclusivamente. A minha vida estava ali naquele corpo, naquela casa, naqueles dias em que à revelia do mundo ele colocava uma camisa azul para me

avisar que podia ir ter com ele” (NORONHA, 2021, p. 50). Ao lermos esta passagem conseguimos estabelecer uma relação entre os conceitos “corpo” e “casa”, por um lado e “tempo” e “nação” por outro. Para a narradora adolescente, o corpo do professor era, efetivamente, a sua casa, isto é, um lugar que procurava para se sentir segura e se refugiar da tensão familiar e da instabilidade social que se vivia. Esta associação também é significativa, uma vez que a narradora desenvolve um distúrbio alimentar nesta altura – “todos os dias ingiro aquela fatia de pão tão fina que se vê à transparência, igual aos meus ossos por baixo da pele. E todos os dias o estômago rejeita aquele pão. Vomito e saio de casa” (NORONHA, 2021, p. 81-82) –, logo o seu corpo seria uma fonte de ansiedade e desconforto, por oposição ao corpo do professor. Em paralelo, estes conceitos relacionam-se com a relação “tempo/nação”, uma vez que a relação de ambos pode ter origem num desejo partilhado de liberdade, que se fazia sentir em Moçambique naquela época.

Ao trauma do fim desta relação, soma-se o trauma do suicídio do irmão que ocorre logo no dia seguinte – “No dia anterior à tua morte, L. comunicou-me que não me queria mais” (NORONHA, 2021, p. 50). A partir desse momento a narradora entra num período de depressão profunda. Os escapes que antes encontrava para lidar com o ambiente que

vive em casa deixam de ser suficientes e deixa de conseguir fazer as coisas que lhe davam prazer:

Chegou o dia em que nem o sótão me valia. Nem o piano se sobrepunha à dor e deixei de conseguir cantar, tocar, escrever. Só sabia cumprir rituais sem sentido, vestir-me sonambulamente, ir para a escola, voltar da escola, cumprindo tudo escrupulosa e mecanicamente, como se me obrigasse a estar viva. (NORONHA, 2021, p. 51)

Algum tempo depois, a narradora sai de casa e viaja para Montpellier, em França, onde irá frequentar um mestrado. Em Montpellier, parece tentar parar o tempo e distanciar-se do que está a sentir. Tem várias relações que usa como um escape para a dor que sente, mas, em última análise, não consegue ultrapassá-la: “Quase três anos nesse não-lugar chamado Montpellier, a depressão adensando-se à medida que tinha que cumprir o meu dever. [...] Só conseguia acordar todos os dias com um horizonte em branco onde nada se inscrevia. Os dias comiam-me e eu não os vivia” (NORONHA, 2021, p. 83).

É significativa a alusão ao conceito “não-lugar” para se referir a uma das paragens na viagem de autodescoberta da narradora, neste caso Montpellier. Esta cidade, juntamente com Lisboa, pode tentar definir-se por oposição ao “lugar” de onde a narradora parte, neste caso Moçambique.

Marc Augé considera importante diferenciar duas aceções do conceito “espaço” relativamente à viagem, por um lado o espaço como “prática dos lugares que define especificamente a viagem”; por outro, os “espaços em que o indivíduo se experimenta como espectador sem que a natureza do espectáculo para ele conte realmente”, ou seja, “[c]omo se a posição do espectador constituísse o essencial do espectáculo, como se, em última análise, o espectador em posição de espectador fosse para si próprio o seu próprio espectáculo” (AUGÉ, 2009, p. 73, grifo do autor). Augé concluiu que “[o] espaço do viajante seria assim o arquétipo do não-lugar” (AUGÉ, 2009, p. 74, grifo do autor) e assim são Montpellier e Lisboa para a narradora, “não-lugares” temporários na procura pela sua identidade.

Ideologia e Identidade

Passaremos agora para o terceiro e último tema deste ensaio. Nesta secção abordaremos o tema da identidade no que concerne o tom de pele. Através do exemplo da narradora e do seu pai, observaremos as tensões e questões que surgem na procura pela pertença a um determinado grupo. Iremos também verificar que papel tem o Oceano Índico nos trânsitos culturais que nele ocorrem e na formação de identidades híbridas.

O tema da raça é recorrente ao longo de todo o romance e tem um grande impacto na autocaracterização de duas personagens em particular, a narradora e o seu pai. Filha de uma mãe branca portuguesa e de um pai indiano de origem goesa, a narradora sente-se desconfortável na sua própria pele desde cedo: “[T]alvez fosse parar a um lugar onde seria eu e não uma estranha cuja marca de estranheza era a própria pele, nem clara nem escura, nem branca, nem negra, nem indiana sequer” (NORONHA, 2021, p. 22). Ela sente que o seu tom de pele a afasta dos vários grupos raciais/étnicos com os quais se poderia identificar. Para ela, este não é um traço orientador da sua identidade, mas sim um obstáculo na sua relação consigo própria e com o mundo, que a faz sentir sozinha e desorientada: “Essa consciência não a tinha na altura, a consciência de não ser de lado nenhum, de cor nenhuma, esvaziada de sentido. Podia *desexistir* que ninguém daria pela falta” (NORONHA, 2021, p. 22, grifo do autor).

Apesar do estatuto social da sua família – o pai é médico oftalmologista e a mãe fundou uma escola de serviço social no país –, a narradora e os pais experienciam frequentemente episódios de racismo e discriminação, em particular após a independência de Moçambique. Observemos agora com mais detalhe dois acontecimentos que ilustram esta situação.

O primeiro ocorre depois da narradora ter entrado “num contentor daqueles que entre 74 e 77, depois da assinatura dos acordos de Lusaca, para a independência, passaram a atapetar a nossa rua com os despojos de quem partia” (NORONHA, 2021, p. 22). Logo após isto ocorrer toda a família foi castigada: “Passámos um mau bocado na sede do grupo dinamizador, antiga administração do concelho [...] acusados de todos os males do mundo, indocumentados e convertidos de um momento para o outro em culpados, com toda a razão, de ocuparem o país dos outros” (NORONHA, 2021, p. 23). Este episódio demonstra bem a tentativa de apagar outras identidades, divergentes do que simbolizava o “homem novo” moçambicano. Neste contexto, deixou de ser suficiente ter nascido e crescido no país para ser visto como moçambicano:

O desterro que os restituía a uma terra que se apresentava do outro lado do oceano, supostamente à espera deles, mas que definitivamente tinha deixado de ser sua, se alguma vez o fora, porque muitos nem sequer tinham lá posto um pé, nascidos e criados no ultramar há já pelo menos duas gerações. (NORONHA, 2021, p. 24)

O segundo episódio ocorre em Montpellier, espaço onde o tom de pele da narradora é motivo de desconfiança:

Eu era uma extraterrestre naquela França, vestida de modo estranho e de enigmáticos modos [...] Moçambique, onde

fica isso? Na Ásia, quem sabe, atiravam ao olhar-me a tez, talvez na América, nalgum ludar dos índios, ou seria no Médio Oriente? E lá explicava eu a genealogia do acaso (ou seria do Império?) que me fizera nascer africana, *malgré la peau* [...] E as pessoas conformavam-se com uma pequena explicação que lhes eliminava as desconfianças. (NORONHA, 2021, p. 81, grifo do autor)

A narradora apercebe-se de que independentemente do país onde se encontre, o seu tom de pele irá sempre ser visto de forma depreciativa por parte da sociedade.

O pai da narradora, vindo de Goa e imigrante em vários pontos do ex-império, compactuou desde o primeiro momento com a ideologia do Estado Novo: “Obrigado a cumprir de novo o curso de medicina, ritual que o tornou “civilizado”, um europeu “malgré la peau”, esqueceu a língua da sua meninice, esqueceu o rosto, como diria Fannon, e a máscara branca colou-se-lhe à carne” (NORONHA, 2021, p. 66). Esta personagem tipificada representa alguém completamente submetido e dominado pelos ideais salazaristas:

No Minho foi João Semana, médico de família, indo de terra em terra, de burro e estetoscópio, sabe deus quantos amores semeou e quantos filhos colheu, (...) em Paris sagrou-se oftalmologista e em Timor assumiu a globalização ‘avant la lettre’ e, digno representante do Império português, aos

40 anos, tantos quanto o século (...) rumou a Moçambique. (NORONHA, 2021, p. 66)

Casa-se duas vezes com mulheres brancas portuguesas de forma a “apurar a raça” e garantir a descendência: “não era assim que se dizia, quando um indiano casava com uma branca: *que apurava a raça?*” (NORONHA, 2021, p. 66, grifo do autor). No fim da sua vida e num último ato de submissão a um Império que já não existia, decide morrer em Portugal: “Decidira morrer na capital do Império que já não existia de forma oficial mas que para ele persistia, e ali desembarcou no inverno, vindo de um verão africano, decidido a abrir todas as janelas da casa para deixar entrar o ar frio que lhe garantisse uma pneumonia certa” (NORONHA, 2021, p. 69).

A existência destas duas personagens em *Tornado* é significativa, porque contribui para narrar a experiência de uma comunidade – indianos e pessoas de ascendência indiana – que é frequentemente caricaturada nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Neste romance, procura-se fazer uma caracterização mais profunda e humanizada destas personagens, demonstrando muitas vezes a complexidade dos seus sentimentos e experiências. Isto contribui para que seja possível fazer uma releitura do passado através de um prisma que problematize a narrativa colonial. Tal

como argumenta Elena Brugioni, no seu ensaio “Literaturas Africanas e o Oceano Índico”:

Essa dimensão *liminal, desarticulada e fragmentária* que caracteriza a relação entre representação e narração histórica no oceano Índico sugere uma relação entre tempo e narração que não é regida pela urgência de uma organização do tempo passado e presente, mas sim por uma modalidade de interrogação do passado e da história através da possibilidade da sua citação. (BRUGIONI, 2019, p. 105, grifo do autor)

Assim como Brugioni defende a propósito das obras dos escritores João Paulo Borges Coelho e M. G. Vassanji, argumentamos que a obra de Teresa Noronha apresenta “itinerários críticos que proporcionam uma articulação teórica entre narração histórica e narrativas de memória, pautada por uma tensão significativa entre *trama e fragmento, história e indício, grande narrativa e histórias menores*” (Brugioni 2019, 106, grifo do autor). Estas histórias menores, no caso de *Tornado*, prendem-se com as experiências íntimas da narradora, nomeadamente a descoberta da sexualidade, a procura de identidade e as memórias traumáticas que carrega. Trata-se do tipo de narrativas de mulheres que, frequentemente, não têm um espaço onde possam ser transmitidas. Assim, teremos também que ter em conta no estudo de *Tornado* a *reinscrição* do tempo perdido

(experimentado) da protagonista narradora que indicia pistas e enredos alternativos indispensáveis para reconstruir o vivido, como se argumenta na citação de Brugioni:

[A] articulação dessa constelação conceitual se torna particularmente relevante, uma vez que é pensada a partir das dimensões hegemônicas e eurocêtricas que caracterizam o espaço do Índico, configurando essas escritas literárias como práticas de recuperação, *reinscrição* e *citação* do tempo perdido do indivíduo que indicia pistas e enredos alternativos e indispensáveis para ‘reconstruir o vivido’ e ‘indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula’. (BRUGIONI, 2019, p. 106, grifo do autor)

Conclusão

Neste ensaio procurámos estudar a obra *Tornado*, de Teresa Noronha, sob uma perspetiva feminista, ao trazermos para primeiro plano as memórias de uma infância, adolescência e vida adulta narradas no feminino, conferindo-lhes o grau de importância que devem ter na problematização e eventual reescrita da “memória cultural”. Conseguimos, também, ressaltar os aspetos particulares que compõem a identidade da narradora, nomeadamente a paixão intensa com o professor de Matemática, a culpa que carrega em relação à falta de afeto por parte da mãe e a mágoa que tem pelo

afastamento com o irmão, antes de ele se suicidar. Através da exposição de diversos conceitos da área dos Estudos de Memória, procurámos descobrir que lugar poderão ocupar em diferentes narrativas (menores) inseridas em *Tornado* – com as marcas da raça e do género – na releitura e reescrita da história das nações que conquistaram a sua independência no século XX, nomeadamente, neste caso, Moçambique.

Acreditamos que o romance de Teresa Noronha é um contributo muito importante para se pensar o lugar que as “memórias menores” deverão ocupar na “memória coletiva” destes países. Esta reflexão será fundamental para reler a História da descolonização e também as Histórias destas diferentes nações de forma mais inclusiva, dando espaço à descoberta das diferentes narrativas que ao longo dos anos têm sido silenciadas. Referimo-nos, essencialmente, às narrativas das mulheres que, sendo fundamentais para se refletir sobre as nações que emergiram com o fim da ditadura portuguesa, frequentemente são excluídas dos estudos sobre estes temas. Considerando este facto e os temas apresentados ao longo do ensaio, conseguimos perceber a importância que esta obra tem para o estudo das Literaturas Pós-Coloniais, mas também para os Estudos Feministas e Estudos de Género.

No que diz respeito aos Estudos sobre o Oceano Índico, pensamos ter conseguido demonstrar que os trânsitos que ocorrem neste espaço formam dinâmicas sociais e culturais complexas nos países que os compõem, criando muitas vezes identidades híbridas. Esta conjuntura justifica a necessidade de uma abordagem inter-regional e intercultural no estudo das Literaturas do Índico. Para justificar este argumento teremos em conta a seguinte passagem de Elena Brugioni:

Em geral, esse corpus é caracterizado por abordagens de contextos nacionais ou regionais específicos – Moçambique, Goa, entre outros –, permanecendo, todavia pouco desenvolvida uma reflexão crítica e epistemológica daquilo que pode ser definido como ‘paradigma do Índico’. Nesse sentido [...] poder-se-ia dizer que o oceano Índico parece responder, em termos epistemológicos, a uma ‘arena inter-regional’ mais do que a uma ‘área’ ou a uma ‘região’, não constituindo, contudo, uma categoria de análise unitária, crítica e epistemologicamente consolidada. (BRUGIONI, 2019, p. 91)

Tornado parece-nos neste contexto, um contributo muito importante para esta área de estudos, pela complexidade com que trata as identidades híbridas deste espaço. Em relação a estas identidades, procurámos destacar neste artigo principalmente duas personagens, a narradora e o seu

pai, através das suas características físicas e psicológicas, assim como as duas vivências e origens.

Pensamos que nos foi possível demonstrar a complexidade do romance *Tornado* e as diversas possibilidades analíticas de um estudo interdisciplinar que ele suscita. Procurámos estudar temas que se enquadram com os objetivos propostos na introdução deste artigo, porém, verificámos que também existem muitos outros possíveis de ser abordados. Estas hipóteses poderão, por exemplo, passar por um estudo das estruturas políticas de Moçambique no período após a independência – existem diversas referências aos campos de reeducação, por exemplo –, ou por um estudo que incida na intertextualidade presente na obra – são referidos vários autores e teóricos, desde Frantz Fanon a Albert Camus. Este último ponto é significativo, uma vez que ao citar estes nomes, a narradora mostra-se consciente das tradições ideológicas, críticas e literárias que eles convocam, e adicionalmente, estabelece uma posição crítica, relacional e valorativa em relação à sua própria obra. Deste modo, ao referi-los no romance está a inserir *Tornado* no quadro de uma intertextualidade teórico-crítica pós-colonial, mais ampla.

No que diz respeito aos Estudos de Memória que constituíram a base teórica deste artigo, acreditamos

que podemos sintetizar o contributo de *Tornado* com a seguinte citação:

[I]nscrever na memória cultural experiências vividas e/ou imaginadas, oferecendo novas perspetivas sobre o passado e, em última instância, influenciando a compreensão que os leitores/expectadores fazem desse mesmo passado. Enquanto meios de reflexão cultural, as construções imaginativas podem deste modo reconfigurar versões dominantes da cultura da memória e abrir caminho para a mudança cultural. (SOARES, 2016, p. 12-13)

Referências

- AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. In: AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora, pp. 65–96, 2009.
- BRUGIONI, Elena. Literaturas Africanas e o Oceano Índico. In: BRUGIONI, Elena. *Literaturas Africanas Comparadas: Paradigmas Críticos e Representações em Contraponto*. São Paulo: Editora Unicamp, p. 87–112, 2019.
- CARUTH, Cathy. Introdução ao trauma. In: ALVES, Fernanda Mota; SOARES, Luísa Afonso; RODRIGUES, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 173–183, 2016.
- CUNHA, Teresa. Declinações feministas e pós-coloniais em Moçambique e Timor-Leste. In: WIESER, Doris; FALCONI, Jessica (Orgs.). *Declinações: Género e nação nas literaturas e culturas africanas de língua portuguesa*. Coimbra: Edições Almedina, p. 271–290, 2022.
- HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: ALVES, Fernanda Mota; SOARES, Luísa Afonso; RODRIGUES, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 17–50, 2016.

HIRSCH, Marianne. A geração da pós-memória. In: ALVES, Fernanda Mota; SOARES, Luísa Afonso; RODRIGUES, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 299–325, 2016.

NEUMANN, Birgit. A representação literária da memória. In: ALVES, Fernanda Mota; SOARES, Luísa Afonso; RODRIGUES, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 267–278, 2016.

NORONHA, Teresa. *Tornado*. 1.ed. Porto: Editora Exclamação, 2021.

NÜNNING, Ansgar. A “verdade da memória” e o “frágil poder da memória”: a literatura como meio de explorar ficções e enquadramentos da memória. In: ALVES, Fernanda Mota; SOARES, Luísa Afonso; RODRIGUES, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 219–244, 2016.

SOARES, Luísa Afonso. Apresentação. In: SOARES, Luísa Afonso. *O Dever da Memória: Estudos de Literatura e Cultura*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 7–13, 2016.

SOARES, Luísa Afonso. O Género e a Memória: considerações a propósito do romance “Os Memoráveis” de Lídia Jorge. In: SOARES, Luísa Afonso. *O Dever da Memória: Estudos de Literatura e Cultura*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, p. 73–94, 2016.

WISER, Doris; FALCONI, Jessica. Introdução: o género nas narrativas da nação, uma categoria obliterada?. In: WIESER, Doris; FALCONI, Jessica (Orgs.). *DecliNações: Género e nação nas literaturas e culturas africanas de língua portuguesa*. Coimbra: Edições Almedina, p. 11–20, 2022.

Ana Aires e Castro

Mestranda em Literaturas, Artes e Culturas Modernas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL, ULISBOA).

Licenciada em Línguas, Literaturas e Culturas com minors em Artes e Culturas Comparadas e em Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL, ULISBOA), 2022.

Bolsa de Investigação (BI), Projeto “WomenLit - Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro” (PTDC/LLT-LES/0858/2021), CHAM - Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH).

Lattes: <https://www.cienciavita.pt/pt/4418-BEA6-8EC2>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-8467-4138>.

E-mail: ana.castro1@edu.ulisboa.pt.

Ana Mafalda Leite

Professora Associada com Agregação da FLUL.

Doutoramento em Literatura Portuguesa/Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Investigador Agregado do CEaA, Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento, CSG/ISEG, Universidade de Lisboa.

Lattes: <https://www.cienciavita.pt/portal/A715-6AC0-2DAB>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5730-6033>.

E-mail: anamafaldaleite@gmail.com.